

**GUILHERME MADEIRA DEZEM**

CURSO DE  
**PROCESSO  
PENAL**

THOMSON REUTERS  
**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

**CURSO DE PROCESSO PENAL**

GUILHERME MADEIRA DEZEM

*Coordenadores*

Darlan Barroso

Marco Antonio Araujo Junior



Este livro também pode ser  
adquirido na versão eBook.  
visite: **livrariart.com.br**

© desta edição [2015]

**EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.**

MARISA HARMS

*Diretora responsável*

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda

Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450

CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: [sac@rt.com.br](mailto:sac@rt.com.br)

Visite nosso site: [www.rt.com.br](http://www.rt.com.br)

Impresso no Brasil [03-2015]

Universitário (texto)

Fechamento desta edição [23.02.2015]



ISBN 978-85-203-5971-6

# Sumário

<b>Apresentação da Coleção</b> .....	5
<b>Nota do Autor – <i>Quem eu sou e como vim a ser</i></b> .....	7
<b>Capítulo 1. Processo penal: entre o garantismo e a eficácia</b> .....	44
<b>Capítulo 2. As fontes do Processo Penal, sua leitura normativa e a interpretação no processo penal</b> .....	48
2.1 Noções gerais .....	49
2.2 Leitura Normativa (Constituição Federal, Tratados e Legislação extravagante) .....	50
2.2.1 Constituição Federal, Tratados e o Código de Processo Penal .....	51
2.3 Fontes do Processo Penal .....	54
2.3.1 Fontes materiais do Direito Processual Penal .....	55
2.3.2 Fontes formais do Direito Processual Penal .....	56
2.4 Formas de interpretação e integração do sistema processual penal .....	58
2.4.1 Interpretação extensiva .....	59
2.4.2 Analogia e interpretação analógica .....	59
2.4.3 Princípios gerais do Direito .....	61
<b>Capítulo 3. Sistemas Processuais Penais</b> .....	62
3.1 Sistema – noção e importância .....	63
3.2 Sistema inquisitivo.....	65
3.3 Sistema acusatório .....	66
3.4 Sistema misto .....	68

<b>Capítulo 4. Princípios do Processo Penal .....</b>	<b>70</b>
4.1 Princípios - noção e importância .....	71
4.2 Princípio da ampla defesa .....	72
4.2.1 Autodefesa .....	73
4.2.1.1 Autodefesa e acusado estrangeiro .....	74
4.2.2 Defesa técnica .....	75
4.3 Princípio do acesso à justiça criminal .....	76
4.4 Princípio do contraditório .....	77
4.5 Princípio do devido processo legal .....	78
4.6 Princípio da dignidade da pessoa humana .....	82
4.7 Princípio do duplo grau de jurisdição (duplo grau de jurisdição voluntário, duplo grau de jurisdição mínimo ou princípio do controle hierárquico) .....	82
4.8 Princípio da duração razoável do processo .....	84
4.8.1 Origem .....	84
4.8.2 Noção e critérios .....	85
4.9 Princípio da economia processual .....	86
4.10 Princípio da iniciativa das partes .....	87
4.11 Princípio do impulso oficial .....	88
4.12 Princípio da isonomia .....	88
4.13 Princípio do juiz natural (princípio do juiz legal, do juiz constitucional, da naturalidade do juiz) .....	89
4.14 Princípio da lealdade processual (princípio da probidade ou da boa-fé) .....	92
4.15 Princípio da motivação das decisões .....	92
4.16 Princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i> (vedação da produção de prova contra si próprio, princípio da não autoincriminação ou <i>nemo tenetur se ipsum accusare</i> ) .....	95
 <b>Capítulo 5. Eficácia da Lei Processual Penal no Tempo e no Espaço ..</b>	 <b>98</b>
5.1 Sistemas de solução de conflito de leis processuais no tempo ..	99
5.2 Exceções legais ao princípio do <i>tempus regit actum</i> .....	100

5.3	Exceções admitidas pela doutrina e pela jurisprudência .....	101
5.4	Lei Processual Penal no Espaço .....	102

<b>Capítulo 6. Inquérito Policial e outras formas de investigação preliminar .....</b>	<b>106</b>	
6.1	Investigação preliminar: noção e formas .....	107
6.1.1	Investigação Preliminar por Comissão Parlamentar de Inquérito .....	108
6.1.2	A investigação pelo Ministério Público .....	109
6.1.3	A investigação no Juizado Especial Criminal .....	111
6.1.4	Inquérito Civil .....	112
6.1.5	A investigação defensiva .....	112
6.2	As várias polícias existentes no Brasil e suas funções .....	113
6.2.1	Polícia Federal .....	114
6.2.2	Demais polícias .....	115
6.3	Inquérito policial .....	116
6.3.1	Noção e natureza jurídica .....	116
6.3.2	Características .....	117
6.3.2.1	Procedimento escrito .....	117
6.3.2.2	Procedimento Sigiloso .....	118
6.3.2.3	Procedimento Indisponível .....	121
6.3.2.4	Procedimento obrigatório .....	122
6.3.2.5	Procedimento dispensável .....	122
6.3.2.6	Caráter discricionário da investigação .....	122
6.3.2.7	Caráter inquisitivo .....	123
6.3.2.8	Caráter oficial .....	125
6.3.2.9	Caráter oficioso .....	125
6.3.3	Finalidade do Inquérito Policial .....	126
6.3.4	A presidência do Inquérito Policial .....	126
6.3.5	O valor probatório do inquérito .....	127
6.4	Início do inquérito policial .....	129

6.4.1	<i>Notitia criminis</i> .....	129
6.4.1.1	<i>Delatio criminis</i> inqualificada e a instauração do inquérito policial .....	130
6.4.2	Requerimento do ofendido ou de seu representante legal.....	131
6.4.3	Requisição do Juiz ou do Ministério Público.....	132
6.4.4	Diferença entre requisição e requerimento .....	133
6.4.5	Auto de prisão em flagrante .....	134
6.4.6	De ofício - Portaria .....	134
6.4.7	Início do inquérito policial nos crimes de ação penal pública condicionada e ação penal de iniciativa privada..	134
6.4.8	O princípio da obrigatoriedade e a instauração do inquérito policial .....	135
6.5	Desenvolvimento do inquérito policial.....	136
6.5.1	Reprodução simulada dos fatos .....	137
6.5.2	Prazo para a conclusão do inquérito.....	138
6.5.2.1	Cômputo do período de prisão temporária.....	142
6.5.3	Incomunicabilidade do indiciado preso .....	143
6.5.4	Indiciamento .....	143
6.5.4.1	Indiciamento e <i>Habeas Corpus</i> .....	144
6.5.4.2	Condutas a serem tomadas com o indiciamento e as modalidades de indiciamento .....	145
6.5.5	A identificação criminal .....	145
6.5.5.1	Regras que regem o tema e abrangência dos atos .....	145
6.5.5.2	Hipóteses de identificação criminal .....	147
6.5.6	Indiciado menor - nomeação de curador .....	149
6.5.7	Irregularidades no inquérito e suas repercussões.....	149
6.6	O encerramento do inquérito policial .....	150
6.6.1	Encerramento do inquérito policial nos crimes de ação penal de iniciativa privada.....	150
6.6.2	Encerramento nos casos envolvendo ação penal de iniciativa pública .....	151
6.6.3	Arquivamento do inquérito policial .....	153

6.6.3.1	Modalidades de arquivamento.....	155
6.6.3.2	Recorribilidade do arquivamento.....	157
6.6.4	Desarquivamento do inquérito policial.....	158
<b>Capítulo 7.</b>	<b>Ação Penal e Pressupostos Processuais .....</b>	<b>162</b>
7.1	Classificação da ação penal.....	163
7.2	Teorias da ação: de onde viemos e para onde vamos .....	167
7.3	Condições da ação penal e pressupostos processuais.....	169
7.3.1	Noções Gerais.....	169
7.3.2	Legitimidade <i>ad causam</i> .....	172
7.3.3	Interesse de agir .....	174
7.3.4	Possibilidade jurídica do pedido .....	175
7.3.5	Justa causa para a ação penal .....	176
7.3.6	A teoria da “prospettazione”, ou teoria da asserção ou te- ria da afirmação.....	179
7.3.7	Condições específicas ou condições de procedibilidade	180
7.3.8	Pressupostos processuais .....	181
7.4	Ação penal de iniciativa pública incondicionada .....	183
7.4.1	Noção e identificação .....	183
7.4.2	Princípios.....	184
7.4.3	Legitimidade ativa .....	188
7.4.4	Veículo .....	188
7.5	Ação penal pública condicionada.....	189
7.5.1	Noção e identificação .....	189
7.5.2	Princípios.....	189
7.5.3	Legitimidade .....	189
7.5.4	Veículo .....	190
7.5.5	Representação .....	190
7.5.5.1	Noção e Natureza Jurídica da representação.....	190
7.5.5.2	Legitimado ativo.....	191
7.5.5.2.1	Sucessão processual .....	193

7.5.5.3	Destinatários da representação .....	194
7.5.5.4	Prazo da representação .....	195
7.5.5.5	Aspecto formal: a forma da representação .....	195
7.5.5.6	Retratação da representação .....	196
7.5.5.7	Não vinculação da representação .....	197
7.5.6	Requisição do Ministro da Justiça .....	197
7.5.7	Consequências da falta de representação ou de requisição .....	200
7.6	Ação penal de iniciativa privada .....	200
7.6.1	Noção, espécies e identificação .....	200
7.6.2	Princípios.....	201
7.6.3	Legitimidade ativa .....	203
7.6.3.1	Sucessão processual .....	204
7.6.4	Veículo .....	204
7.6.5	Aspecto temporal - O prazo para o oferecimento da queixa-crime .....	204
7.6.6	Ação Penal de Iniciativa Privada Personalíssima .....	206
7.6.7	Ação Penal Privada Subsidiária da Pública .....	207
7.6.8	Os óbices ilegítimos à propositura da ação penal de iniciativa privada e a Defensoria Pública .....	209
7.7	Denúncia e queixa-crime .....	210
7.7.1	Requisitos.....	210
7.7.1.1	Imputação genérica e imputação geral, imputação implícita e imputação alternativa.....	212
7.7.1.2	Requisito especial da queixa-crime .....	215
7.7.2	Prazo para oferecimento da denúncia e da queixa-crime .....	216
7.7.3	Aditamento da denúncia .....	218
7.7.4	Aditamento da queixa-crime .....	219
7.8	Extinção da punibilidade.....	221
<b>Capítulo 8.</b>	<b>Ação civil .....</b>	<b>226</b>



8.1	Considerações gerais .....	227
8.2	Sistemas existentes quanto à influência da ação penal na ação civil.....	228
8.3.	Dos efeitos da sentença penal condenatória transitada em julgado.....	231
8.4	Efeitos civis da sentença penal absolutória e da sentença que declara extinta a punibilidade e outras questões .....	236
8.5	Legitimidade do Ministério Público .....	242
<b>Capítulo 9. Competência .....</b>		<b>244</b>
9.1	Noções gerais e definição .....	245
9.2	Classificação e espécies de competência.....	248
9.3	Garantia do Juiz Natural.....	254
9.3.1	Garantia do juiz natural e modificações posteriores da competência por lei.....	257
9.3.2	Garantia do juiz natural e juiz sem rosto .....	258
9.3.3	Garantia do juiz natural e mutirões do CNJ .....	259
9.3.4	Garantia do juiz natural e convocação de juiz para atuar em tribunal.....	261
9.3.5	Garantia do juiz natural e criação de vara especializada	262
9.3.6	Garantia do juiz natural, suspeição e impedimento.....	263
9.4	Princípio do <i>Kompetenz-Kompetenz</i> .....	264
9.5	Os critérios de determinação de competência do Código de Processo Penal e os critérios de concretização da competência.....	265
9.6	Competência Internacional .....	266
9.7	Competência por prerrogativa de função (competência originária ou foro privilegiado) .....	267
9.7.1	Prerrogativa de função e competência em razão da matéria .....	274
9.7.2	Prerrogativa de função e concurso de agentes .....	275
9.7.3	Renúncia de mandato e competência originária.....	278
9.8	Competência Constitucional de Justiça Especializada .....	280
9.9	Competência da Justiça Federal.....	283

9.9.1	Generalidades .....	283
9.9.2	Justiça Federal e contravenções penais – art. 109, inc. IV, da CF/1988 .....	286
9.9.3	Justiça Federal e Crime Político – art. 109, inc. IV, da CF/1988 .....	287
9.9.4	Justiça Federal e os Crimes Praticados contra a União – art. 109, inc. IV da CF/1988.....	288
9.9.5	Justiça Federal e Crimes Transnacionais – Art. 109, inc. V ..	291
9.9.6	Incidente de deslocamento da competência – art. 109 – V – A e § 5.º do art. 109 .....	294
9.9.7	Crimes contra a organização do trabalho, contra o sistema financeiro e a ordem econômico financeira – art. 109, VI.....	295
9.9.8	<i>Habeas Corpus</i> e Mandado de Segurança em matéria criminal – Art. 109, inc. VII e VIII .....	297
9.9.9	Crimes cometidos a bordo de navio ou de aeronave – Art. 109, inc. IX .....	298
9.9.10	Crimes de Ingresso ou permanência irregular de estrangeiro – Art. 109, X .....	300
9.9.11	Crimes decorrentes de disputa sobre direitos indígenas – Art. 109, XI .....	301
9.9.12	Competência da Justiça Federal – Outros tópicos (atos infracionais, Jecrim Federal e execução penal) .....	303
9.9.13	A competência da Justiça Estadual .....	305
9.10	Competência Territorial.....	305
9.10.1	Competência territorial - regra geral do art. 70 do CPP ....	306
	9.º0.1.2 Exceções à regra geral do art. 70.....	307
9.10.2	Foro Supletivo - A competência pelo domicílio ou residência do réu .....	309
9.10.3	Alguns casos especiais de competência territorial segundo a jurisprudência .....	310
9.11	Competência de Juízo – Natureza da Infração, Distribuição, Prevenção.....	311
9.12	Causas de modificação da competência - conexão e continência .....	313
9.12.1	Hipóteses de Conexão .....	314

9.12.2	Hipóteses de continência .....	316
9.12.3	Consequências da conexão e da continência.....	317
9.12.4	Foro prevalente .....	320
9.12.5	Prorrogação de competência.....	321
<b>Capítulo 10.</b>	<b>Das questões e processos incidentes .....</b>	<b>324</b>
10.1	Noções gerais .....	325
10.2	Questões prejudiciais .....	326
10.2.1	Definição, distinção com preliminares, características e natureza jurídica.....	327
10.2.2	Classificações .....	329
10.2.2.1	Questões prejudiciais homogêneas e heterogêneas .....	329
10.2.2.2	Questões prejudiciais não devolutivas e devolutivas .....	330
10.2.2.3	Questões prejudiciais obrigatórias e facultativas .....	331
10.2.3	Sistemas de solução da questão prejudicial .....	332
10.2.4	Questão prejudicial obrigatória .....	333
10.2.5	Questão prejudicial facultativa .....	336
10.3	Exceções.....	338
10.3.1	Generalidades .....	338
10.3.2	Exceção de Suspeição, impedimento ou incompatibilidade.....	340
10.3.2.1	Generalidades .....	340
10.3.2.2	Hipóteses de cabimento .....	342
10.3.2.3	Legitimados ativos .....	342
10.3.2.4	Procedimento .....	343
10.3.2.5	Recurso .....	346
10.3.2.6	Suspeição do membro do Ministério Público, serventuários da justiça, jurados e autoridade policial .....	347
10.3.3	Exceção de incompetência de juízo .....	349

10.3.3.1	Generalidades .....	349
10.3.3.2	Legitimados para opor a exceção.....	350
10.3.3.3	Procedimento da exceção .....	351
10.3.4	Demais exceções: ilegitimidade de parte, litispendência e coisa julgada .....	352
10.3.5	Restituição de coisas apreendidas.....	354
10.3.5.1	Generalidades .....	354
10.3.5.2	Requisitos .....	355
10.3.5.3	Autoridades que podem decidir sobre a restituição, procedimento e meios de impugnação.....	356
10.3.6	Incidente de falsidade .....	357
10.3.6.1	Generalidades .....	357
10.3.6.2	Procedimento .....	359
10.3.7	Incidente de insanidade mental do acusado .....	359
10.3.7.1	Generalidades: legitimados e cabimento .....	359
10.3.7.2	Procedimento .....	361
10.3.7.3	Inimputabilidade e processo penal .....	362
10.4	Medidas assecuratórias (medidas cautelares reais).....	364
10.4.1	Considerações Gerais .....	364
10.4.2	Sequestro.....	367
10.4.2.1	Bens e finalidade.....	367
10.4.2.2	Requisitos do sequestro, momento e legitimidade .....	368
10.4.2.3	Levantamento .....	369
10.4.2.5	Defesa .....	371
10.4.2.6	O sequestro na hipótese de Crime Contra a Fazenda Pública - Dec.-lei 3.240/1941.....	373
10.4.3	Especialização de Hipoteca Legal.....	375
10.4.3.1	Bens, finalidade e momento.....	375
10.4.3.2	Requisitos e Procedimento .....	376
10.4.3.3	Cancelamento e defesa .....	378

10.4.4	Arresto.....	378
10.4.4.1	Bens, finalidade e requisitos .....	378
10.4.4.2	Revogação, Levantamento e defesa.....	379
10.4.5	Quadro-resumo.....	379

## **Capítulo 11. Provas no Processo Penal..... 382**

11.1	Prova: importância e acepções do vocábulo .....	384
11.2	Meios de prova, meios de pesquisa, elementos de prova, fontes de prova, objeto da prova e procedimento probatório: noções .....	388
11.2.1	Procedimento probatório e direito à prova.....	393
11.2.1.2	Procedimento probatório: o direito à prova no quadro do contraditório ou as almas do contraditório.....	394
11.2.1.3	Prova e contraditório: contraditório sobre a prova e contraditório para a prova .....	395
11.3	Princípios aplicáveis à prova.....	396
11.3.1	Princípio da autorresponsabilidade das partes .....	396
11.3.2	Princípio da aquisição ou comunhão de prova.....	396
11.3.3	Princípio da oralidade.....	397
11.3.4	Princípio da verdade real.....	397
11.3.5	Princípio da liberdade probatória .....	399
11.3.6	Princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i> (vedação da produção de prova contra si próprio, princípio da não autoincriminação ou <i>nemo tenetur se ipsum accusare</i> ).....	400
11.3.7	Princípio da presunção de inocência .....	402
11.3.8	Princípio da audiência contraditória .....	405
11.4	Ônus da prova .....	405
11.5	Poderes instrutórios do juiz.....	407
11.5.1	Princípio da proporcionalidade .....	409
11.5.1.1	Proporcionalidade, poderes instrutórios do juiz e o STF .....	410
11.6	Prova emprestada.....	411

11.6.1	A prova emprestada e seu valor probatório.....	413
11.6.2	Prova emprestada e crimes da competência do júri....	414
11.7	Natureza das normas jurídicas sobre prova: superação da dualidade entre normas materiais e normas processuais.....	415
11.8	Sistemas de apreciação das provas .....	419
11.8.1	Sistema da livre convicção (íntima convicção, certeza moral do juiz) .....	419
11.8.2	Sistema da prova legal (regras legais, certeza moral do legislador, prova tarifada) .....	420
11.8.3	Sistema da livre convicção (persuasão racional, livre convencimento motivado) .....	421
11.9	Limites ao direito à prova .....	422
11.10	Prova ilícita .....	423
11.10.1	Prova ilícita – Sistema pré 2008 .....	423
11.10.1.1	Prova ilícita e prova ilegítima – consequências no sistema pré 2008 .....	425
11.10.2	Prova ilícita – noção e efeitos no sistema pós 2008 .....	426
11.10.2.1	O juiz contaminado .....	428
11.10.3	Hipóteses de admissibilidade da prova ilícita .....	430
11.10.3.1	Exceção de boa-fé.....	430
11.10.3.2	Exceção de impugnação .....	431
11.10.3.3	Exceção de erro inócuo .....	431
11.10.3.4	Limitações quanto à legitimidade para requerer a exclusão da prova .....	431
11.10.3.5	Princípio da proporcionalidade .....	432
11.10.3.6	Prova ilícita <i>pro reo</i> .....	433
11.11	Prova ilícita por derivação – A teoria dos frutos da árvore envenenada.....	434
11.11.1	Teoria da fonte independente .....	436
11.11.2	Exceção da descoberta inevitável (teoria da fonte hipotética independente).....	438
11.11.3	Teoria do nexu causal atenuado – (teoria da contaminação expurgada ou conexão atenuada ou vício diluído).....	440

11.12 Prova típica e atípica: noção .....	441
11.13 Provas típicas e atípicas: distinção com conceitos afins (prova anômala, prova irritual e prova nominada).....	449
11.14 Do exame do corpo de delito e das perícias em geral – Artigos 158 a 184 do CPP .....	454
11.14.1 Noções gerais.....	454
11.14.2 Terminologia .....	455
11.14.3 Obrigatoriedade do exame de corpo de delito.....	455
11.14.4 Modalidades de exame de corpo de delito.....	457
11.14.5 Peritos – Generalidades .....	460
11.14.5.1 Classificação dos peritos.....	461
11.14.5.2 A exigência da realização do exame por um perito – Análise histórica e atual.....	461
11.14.5.3 Ausência de peritos oficiais.....	466
11.14.6 Momento da realização da perícia, oferecimento da denúncia sem exame de corpo de delito, nomeação de peritos .....	466
11.14.7 Indicação de assistentes técnicos.....	467
11.14.8 Realização da perícia .....	471
11.14.9 Sistemas de apreciação do laudo pericial: vinculatório ou liberatório .....	473
11.14.10 Autópsia.....	474
11.14.11 Exumação.....	474
11.14.12 Exame de local de crime.....	475
11.14.13 Exame de delito e lesões corporais .....	475
11.14.14 Exames laboratoriais .....	476
11.14.15 Exames nos crimes cometidos com destruição/rompimento de obstáculo ou escalada.....	476
11.14.16 Laudo de avaliação .....	476
11.14.17 Exame de local de incêndio .....	477
11.14.18 Exame grafotécnico .....	477
11.14.19 Exame dos instrumentos do crime.....	478
11.14.20 Perícias não previstas em lei.....	478

11.15	Interrogatório .....	481
11.15.1	Noção e natureza jurídica.....	481
11.15.2	Obrigatoriedade do interrogatório .....	483
11.15.3	Condução coercitiva em caso de ausência do réu ...	484
11.15.4	Interrogatório da pessoa jurídica.....	485
11.15.5	Local do interrogatório.....	486
11.15.6	Características do interrogatório.....	488
11.15.7	O procedimento do interrogatório e seu conteúdo .....	489
11.15.7.1	O momento do interrogatório na audiência	489
11.15.7.2	Providências preparatórias .....	491
11.15.7.3	O ato do interrogatório .....	491
11.15.7.4	Qualificação e advertência prévia do interrogatório.....	492
11.15.7.5	Início do interrogatório e suas modalidades	493
11.15.7.6	Modalidades especiais de interrogatório ...	495
11.15.8	Renovação do interrogatório .....	496
11.16	Confissão .....	497
11.16.1	Noção, natureza jurídica e fonte.....	497
11.16.2	Espécies de confissão.....	498
11.16.3	Requisitos da confissão.....	498
11.16.4	Características da confissão .....	499
11.16.5	Valor da confissão.....	499
11.17	Ofendido.....	500
11.17.1	Noção e natureza jurídica.....	500
11.17.2	Procedimento e contraditório.....	501
11.17.2.1	O ofendido e o falso testemunho .....	502
11.17.3	Diferenças entre testemunha e vítima .....	502
11.17.4	Valor probatório das declarações do ofendido .....	503



11.17.5	Obrigatoriedade ou facultatividade na oitiva do ofendido .....	503
11.18	Prova Testemunhal .....	508
11.18.1	Noções gerais.....	508
11.18.2	Natureza jurídica, legitimados, valor .....	510
11.18.3	Classificação das testemunhas .....	510
11.18.4	Procedimentos em relação à testemunha (momento para arrolar, desistência e substituição de testemunha).....	512
11.18.5	Deveres da testemunha.....	513
11.18.6	Número máximo de testemunhas .....	515
11.18.7	Procedimento para a produção da prova testemunhal – <i>Direct e cross examination</i> – a nova forma de colheita da prova oral.....	515
11.18.8	Capacidade de ser testemunha .....	516
11.19	Reconhecimento de pessoas e coisas .....	519
11.19.1	Noção, natureza jurídica e espécies .....	519
11.19.2	Procedimento para o reconhecimento .....	519
11.19.3	Reconhecimento coletivo ou em grupo .....	524
11.19.4	Reconhecimento fotográfico.....	524
11.20	Acareação .....	529
11.20.1	Noção, natureza jurídica e momento.....	529
11.20.2	Pressupostos da acareação.....	530
11.20.3	Sujeitos da acareação .....	531
11.20.4	Procedimento da acareação .....	532
11.20.5	Valor probatório da acareação e obrigatoriedade.....	533
11.21	Documentos .....	533
11.21.1	Noção e classificação .....	533
11.21.2	Produção da prova documental .....	535
11.21.3	Limitação à produção da prova documental.....	536
11.21.4	O juiz e a produção da prova documental.....	536

11.21.5	Documentos estrangeiros e validade do documento particular .....	537
11.21.6	Públicas formas e devolução dos documentos nos processos findos .....	538
11.22	Indícios .....	538
11.22.1	Generalidades e noção .....	538
11.22.2	Indícios e presunções .....	539
11.22.3	Valor probatório dos indícios .....	539
11.23	As provas atípicas no sistema processual brasileiro: uso e generalidades do procedimento probatório .....	540
11.23.1	Liberdade probatória, provas atípicas e seus limites ....	542
11.23.2	Procedimento probatório modelo nas provas atípicas e seu valor .....	548
11.23.3	Prova decorrente de gravação em vídeo .....	552
11.24	Meios de obtenção de prova (meios de pesquisa) .....	560
11.24.1	Busca e Apreensão .....	561
11.24.1.1	Generalidades e natureza jurídica .....	561
11.24.1.2	Objeto da busca .....	562
11.24.1.3	Busca domiciliar .....	563
11.24.1.4	Busca pessoal .....	565
11.24.1.5	Busca em veículo e em celular .....	566
11.24.1.6	Busca em escritório de advocacia .....	567
11.24.1.7	Serendipidade (encontro fortuito de provas) .....	568
<b>Capítulo 12.</b>	<b>Medidas cautelares pessoais .....</b>	<b>570</b>
12.1	Teoria geral das medidas cautelares .....	572
12.1.1	Considerações gerais e espécies .....	572
12.1.2	Características das medidas cautelares .....	577

12.1.3	Medidas cautelares pessoais – os princípios norteadores da Constituição Federal e do Pacto de São José da Costa Rica.....	581
12.1.3.1	Princípio da Presunção de Inocência.....	581
12.1.3.2	Princípio da Duração Razoável do Processo .	582
12.1.4	Critérios gerais e procedimento modelo para aplicação das medidas cautelares pessoais segundo o CPP.....	586
12.1.4.1	Necessidade, adequação, proporcionalidade e o critério de subsidiariedade da prisão preventiva – Art. 282, inc. I e II e § 6.º.....	587
12.1.4.2	Cumulatividade .....	588
12.1.4.3	Atuação do juiz e sistema acusatório .....	589
12.1.4.4	Contraditório prévio .....	590
12.1.4.5	Consequências do descumprimento das medidas cautelares pessoais.....	591
12.2	Prisão.....	592
12.2.1	Considerações gerais.....	592
12.2.2	Classificações – (prisão processual, cautelar, provisória e medida pré-cautelares).....	593
12.2.3	Princípios constitucionais e convencionais sobre a prisão cautelar.....	595
12.2.4	Imunidades Prisionais.....	606
12.2.5	Tempo e local da prisão: o período em que pode ser feita a prisão e o local em que poderá ser efetuada ..	608
12.2.6	Mandado de prisão arts. 285 a 289.....	610
12.2.6.1	Prisão, perseguição e a proteção ao domicílio de terceiros .....	612
12.2.7	Prisão Especial e Prisão em Sala do Estado Maior .....	614
12.3	Prisão em flagrante.....	615
12.3.1	Noção, natureza jurídica e fases do flagrante.....	615

12.3.2	Sujeitos ativo e passivo do flagrante.....	617
12.3.3	Modalidades de flagrante do Código de Processo Penal .....	617
12.3.4	Modalidades de flagrante criados pela doutrina e jurisprudência – flagrante preparado, flagrante esperado e flagrante forjado .....	620
12.3.5	Modalidades de flagrante previstos em leis especiais (Flagrante retardado, diferido, ou ação controlada e entrega vigiada) .....	622
12.3.6	Formalidades do auto de prisão em flagrante .....	623
	12.3.6.1 Atuação do juiz ao receber o flagrante.....	627
12.3.7	Flagrantes em algumas modalidades de crimes (permanente, habitual, ação penal privada, ação penal pública condicionada) .....	629
12.4	Prisão preventiva – prisão preventiva <i>strictu sensu</i> .....	630
12.4.1	Considerações gerais .....	630
12.4.2	Momento para a decretação da prisão preventiva ....	631
12.4.3	Legitimidade para o requerimento e atuação do juiz.	632
12.4.4	Legitimidade para o decreto de prisão preventiva .....	633
12.4.5	O cabimento da prisão preventiva – Classificação dos requisitos e as diversas posições .....	634
12.4.6	Pressupostos positivos e negativos da prisão preventiva.....	636
12.4.7	Hipóteses de cabimento da prisão preventiva .....	638
	12.4.7.1 Garantia da ordem pública.....	638
	12.4.7.2 Garantia da ordem econômica .....	640
	12.4.7.3 Conveniência da instrução criminal .....	641
	12.4.7.4 Assegurar a aplicação da lei penal.....	642
12.4.8	Condições de admissibilidade da prisão preventiva...	643
12.4.9	Os requisitos controversos na doutrina e na jurisprudência pós reforma de 2011 .. ..	645
12.4.10	Relaxamento e revogação da prisão preventiva .....	647

12.5	Prisão temporária .....	648
12.5.1	Cabimento da prisão temporária .....	649
12.5.2	Momento da prisão temporária e motivação da decisão.....	654
12.5.3	Prazo de duração da prisão temporária e prorrogação.....	655
12.5.4	Conversão da prisão temporária em prisão preventiva.....	656
12.6	Medida substitutiva da prisão preventiva – Prisão domiciliar .....	657
12.7	Medidas diversas da prisão (medidas alternativas à prisão) ....	658
12.8	Liberdade Provisória .....	666
12.8.1	Considerações gerais .....	666
12.8.2	Liberdade provisória: modalidades e limites .....	671
12.8.3	Liberdade provisória obrigatória .....	672
12.8.4	Liberdade provisória vedada .....	673
12.8.5	Liberdade provisória possível.....	675
12.8.6	Liberdade provisória possível – A liberdade provisória sem fiança.....	675
12.8.7	Liberdade provisória com fiança .....	678
	12.8.7.1 Comentários Gerais .....	678
	12.8.7.2 Fiança pelo delegado.....	679
	12.8.7.3 Arbitramento da fiança .....	680
	12.8.7.4 Procedimento da fiança.....	680
	12.8.7.5 Deveres decorrentes da fiança.....	681
	12.8.7.6 Perda, Quebra, Cassação e reforço da fiança .....	681
<b>Capítulo 13.</b>	<b>Teoria Geral dos Procedimentos e Atos Processuais.....</b>	<b>684</b>
13.1	Premissas.....	685
13.2	Considerações gerais .....	686

13.3	Espécies de procedimentos e fluxograma do procedimento comum ordinário .....	689
13.4	Recebimento da denúncia .....	692
13.4.1	Quantidade de recebimentos da denúncia .....	693
13.4.2	Motivação no recebimento da denúncia.....	694
13.4.3	<i>Emendatio libelli</i> e recebimento da denúncia .....	695
13.4.4	Rejeição da denúncia - art. 395 do CPP .....	697
13.5	Citação .....	699
13.5.1	Considerações gerais e modalidades .....	699
13.5.2	Citação real .....	700
13.5.3	Citação ficta: citação por hora certa.....	702
13.5.4	Citação por edital .....	703
13.6	Resposta .....	707
13.7	Absolução sumária - art. 397 do CPP - julgamento antecipado <i>pro reo</i> .....	709
13.8	Audiência de instrução, debates e julgamento - arts. 400 a 405 do CPP .....	712
13.9	Sentença.....	716
13.9.1	Considerações gerais: atos processuais em geral e classificação das sentenças.....	716
13.9.2	Requisitos da sentença .....	719
13.9.3	Sentença absolutória .....	721
13.9.4	Sentença condenatória .....	723
13.9.5	Correlação entre acusação e sentença - <i>Emendatio</i> e <i>Mutatio libelli</i> .....	725
13.9.5.1	<i>Emendatio</i> e <i>Mutatio libelli</i> - Crítica e questões controversas.....	728
13.9.6	Coisa julgada .....	729
13.9.6.1	Noções gerais - conceito e a coisa julgada parcial .....	729

13.9.6.2	Coisa julgada formal e material – A relativização da sentença absolutória pela CIDH.....	731
13.9.6.3	Limites objetivos e limites subjetivos da coisa julgada.....	732
13.9.6.4	Questões específicas – concurso formal, crime habitual, crime continuado .....	733
13.10	Procedimento comum sumário .....	735
13.11	Procedimento Comum Sumaríssimo – Juizado Especial Criminal (Jecrim) – Lei 9.099/1995 .....	736
13.11.1	Crítérios orientadores e objetivos do Jecrim .....	736
13.11.2	Competência do Jecrim .....	737
13.11.3	Fluxograma do rito Jecrim.....	738
13.11.4	Termo circunstanciado – art. 69 .....	738
13.11.5	Audiência preliminar.....	739
13.11.5.1	Composição civil: arts. 72 e 74 parágrafo único .....	739
13.11.5.2	Transação penal: art. 76.....	740
13.11.6	Audiência de instrução, debates e julgamento .....	741
13.11.7	Sistema recursal e impugnações em geral no Juizado Especial Criminal.....	741
13.11.8	Suspensão condicional do processo ( <i>sursis processual</i> – art. 89 da Lei 9.099/1995.....	744
13.12	Procedimentos Especiais – Crimes de Responsabilidade de Funcionário Público afiançáveis – arts. 513 a 518 do CPP .....	747
13.13	Processo e julgamento dos crimes de calúnia e injúria de competência do juiz singular – arts. 519 a 523 do CPP .....	748
13.13.1	Generalidades e pedido de explicações .....	748
13.13.2	Procedimento e audiência de reconciliação .....	750
13.13.3	Exceção da verdade e da notoriedade do fato .....	752
13.14	Procedimento do Júri.....	754
13.14.1	Considerações gerais .....	754
13.14.2	Princípios constitucionais do Júri .....	755

13.14.3	Procedimento da primeira fase do Júri – Sumário da culpa – <i>iudicium accusationis</i> – Arts. 406 a 421 do CPP .....	758
13.14.4	Pronúncia – arts. 413, 420 e 421 do CPP .....	762
13.14.4.1	Requisitos e crimes conexos.....	762
13.14.4.2	Conteúdo, vinculação e <i>emendatio e mutatio libelli</i> .....	764
13.14.5	Impronúncia (despronúncia) – art. 414 do CPP.....	766
13.14.6	Desclassificação – art. 419 do CPP .....	767
13.14.7	Absolvição sumária – art. 415 do CPP .....	769
13.14.8	Preparação da segunda fase do Júri.....	771
13.14.9	Desaforamento – arts. 427 e 428 do CPP .....	771
13.14.9.1	Considerações gerais .....	771
13.14.9.2	Hipóteses de cabimento do art. 427 e legitimidade.....	773
13.14.9.3	Hipóteses de cabimento do art. 428 e legitimidade.....	774
13.14.9.4	Aceleração de julgamento – art. 428, § 2.º, do CPP.....	775
13.14.10	Sessão Plenária de Julgamento – considerações gerais .....	775
13.14.11	Instalação da sessão plenária.....	776
13.14.11.1	Jurados.....	776
13.14.11.2	Ausência do Ministério Público .....	777
13.14.11.3	Ausência do assistente de acusação .....	777
13.14.11.4	Ausência do advogado de defesa ou do defensor .....	778
13.14.11.5	Ausência do acusado .....	778
13.14.11.6	Ausência das testemunhas .....	778
13.14.12	Sorteio do Conselho de Sentença e Juramento – arts. 462 a 472 do CPP .....	779



13.14.13 Instrução e interrogatório em plenário – arts. 473 a 475 do CPP.....	782
13.14.14 Debates e encerramento – arts. 476 a 481 do CPP .....	784
13.14.14.1 Conteúdo dos debates, vedações e encerramento.....	785
13.14.15 Sala especial e quesitos .....	789
13.14.16 Sentença do Juiz Presidente – arts. 492 e 493 do CPP..	796
<b>Capítulo 14. Nulidades.....</b>	<b>798</b>
14.1 Considerações gerais e natureza jurídica.....	799
14.2 Classificações das nulidades .....	801
14.2.1 A tríade tradicional - Inexistência, nulidade e irregularidade .....	801
14.2.2 Nulidade absoluta e nulidade relativa, sanáveis e insanáveis e cominadas e não cominadas .....	804
14.3 Princípios em sede de nulidades .....	807
14.3.1 Princípio da tipicidade das formas.....	807
14.3.2 Princípio da eficácia dos atos processuais.....	816
14.3.3 Princípio da restrição processual à decretação das nulidades.....	817
14.3.4 Princípio da instrumentalidade das formas e princípio do prejuízo.....	817
14.3.5 Princípio da causalidade ou da consequencialidade...	819
14.3.6 Princípio da conservação dos atos processuais.....	820
14.3.7 Princípio do interesse .....	821
14.4 Formas de saneamento das nulidades.....	822
14.5 Nulidades cominadas no Código de Processo Penal.....	823
14.5.1 Art. 564, inc. I – por incompetência, suspeição ou suborno do juiz .....	823
14.5.2 Art. 564, inc. II – por ilegitimidade de parte .....	824
14.5.3 Art. 564, inc. III – por falta das fórmulas ou dos termos seguintes.....	825

14.5.4	Art. 564, inc. IV – por omissão de formalidade que constitui elemento essencial do ato .....	832
14.6	Momento para a arguição das nulidades e nulidades sanáveis .....	833
<b>Capítulo 15.</b>	<b>Recursos</b> .....	<b>836</b>
15.1	Noções gerais e natureza jurídica .....	838
15.2	Classificação dos recursos .....	838
15.3	Princípios em matéria recursal .....	839
15.3.1	Princípio do duplo grau de jurisdição .....	839
15.3.2	Princípio da voluntariedade .....	843
15.3.2.1	Voluntariedade e reexame necessário (recurso de ofício) .....	844
15.3.3	Princípio da disponibilidade dos recursos .....	846
15.3.4	Princípio da fungibilidade, do recurso indiferente, da permutabilidade dos recursos ou da conversibilidade dos recursos .....	846
15.3.5	Princípio da unirrecorribilidade, da singularidade ou da unicidade .....	848
15.3.6	Princípio da irrecorribilidade das interlocutórias ou da irrecorribilidade em separado das interlocutórias .....	849
15.3.7	Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	849
15.3.8	Princípio da taxatividade .....	852
15.3.9	Princípio da personalidade dos recursos <i>versus</i> princípio do benefício comum .....	852
15.3.10	Princípio da dialeticidade .....	853
15.4	Pressupostos ou requisitos de admissibilidade recursal .....	854
15.4.1	Noção .....	854
15.4.2	Pressupostos objetivos .....	854
15.4.2.1	Cabimento .....	855
15.4.2.2	Adequação .....	855
15.4.2.3	Tempestividade .....	855

15.4.2.4	Inexistência de fato impeditivo .....	857
15.4.2.4.1	Renúncia ao direito de recorrer – A renúncia ocorre quando se abre mão do direito de recorrer, antes mesmo da interposição da impugnação.....	857
15.4.2.4.2	Preclusão .....	858
15.4.2.5	Inexistência de fato extintivo (extinção anômala do recurso) .....	859
15.4.2.6	Regularidade formal .....	860
15.4.3	Pressupostos recursais subjetivos.....	860
15.4.3.1	Legitimidade recursal.....	861
15.4.3.2	Interesse recursal.....	861
15.5	Efeitos dos recursos .....	863
15.5.1	Efeito obstativo .....	863
15.5.2	Efeito devolutivo .....	863
15.5.3	Efeito suspensivo .....	865
15.5.4	Efeito regressivo, iterativo ou diferido.....	865
15.5.5	Efeito extensivo .....	865
15.5.6	Efeito substitutivo .....	866
15.5.7	Efeito translativo.....	866
15.6	Recurso em sentido estrito.....	866
15.6.1	Generalidades .....	866
15.6.2	Cabimento .....	869
15.6.2.1	Decisão que não receber a denúncia ou queixa.....	869
15.6.2.2	Decisão que reconhece a incompetência de juízo.....	870
15.6.2.3	Decisão que julgar procedentes as exceções, salvo a de suspeição .....	871
15.6.2.4	Decisão que pronunciar o acusado .....	871

15.6.2.5	Decisão que conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante.....	871
15.6.2.6	Decisão que julgar quebrada a fiança ou perdido seu valor .....	872
15.6.2.7	Decisão que decretar ou não a extinção da punibilidade.....	872
15.6.2.8	Decisão que conceder ou negar a ordem de <i>habeas corpus</i> .....	873
15.6.2.9	Decisão que anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte .....	874
15.6.2.10	Decisão que incluir jurado na lista geral ou desta o excluir.....	874
15.6.2.11	Decisão que denegar a apelação ou a julgar deserta.....	874
15.6.2.12	Decisão que ordenar a suspensão do processo, em virtude de questão prejudicial.....	875
15.6.2.13	Decisão sobre o incidente de falsidade .....	875
15.6.3	Legitimidade do recurso em sentido estrito.....	875
15.6.4	Competência recursal.....	876
15.6.5	Regularidade formal.....	876
15.6.6	Efeitos .....	877
15.6.7	Aspectos do interesse de agir.....	877
15.6.8	Procedimento .....	878
15.7	Apelação .....	878
15.7.1	Considerações gerais.....	878
15.7.2	Cabimento .....	879
15.7.2.1	Sentença definitiva de condenação ou absolvição proferida por juiz singular – art. 593, I .....	879
15.7.2.3	Decisões do tribunal do júri.....	880

15.7.3	Legitimidade.....	883
15.7.3.1	Ministério Público .....	883
15.7.3.2	Acusado .....	883
15.7.3.3	Defensor.....	884
15.7.3.4	Ofendido e terceiros.....	884
15.7.4	Competência recursal.....	885
15.7.5	Regularidade formal.....	885
15.7.6	Fato impeditivo e extintivo: não recolhimento do réu à prisão, renúncia, desistência e deserção.....	885
15.7.7	Efeitos .....	886
15.7.8	Prazo.....	886
15.7.9	Lei 9.099/1995 (Cabimento, competência, prazos, regularidades formais).....	887
15.8	Embargos infringentes ou de nulidade .....	887
15.8.1	Considerações gerais .....	887
15.8.2	Legitimidade.....	888
15.8.3	Cabimento .....	888
15.8.4	Competência recursal.....	889
15.8.5	Regularidade formal.....	889
15.8.6	Efeitos .....	890
15.8.7	Procedimento .....	890
15.8.8	Prazo e interposição .....	890
15.9	Embargos de declaração .....	891
15.9.1	Considerações gerais.....	891
15.9.2	Cabimento .....	891
15.9.3	Natureza Jurídica .....	892
15.9.4	Competência recursal.....	892
15.9.5	Legitimidade.....	893
15.9.6	Regularidade formal.....	893

15.9.7	Prazo.....	893
15.9.8	Efeitos .....	894
15.9.9	Embargos na Lei 9.099/1995.....	894
15.9.10	Procedimento .....	894
15.9.11	Suspensão ou interrupção do prazo para outros recursos.....	895
15.10	Carta Testemunhável .....	895
15.10.1	Considerações gerais .....	895
15.10.2	Natureza Jurídica .....	895
15.10.3	Cabimento .....	896
15.10.4	Competência recursal .....	896
15.10.5	Regularidade formal .....	896
15.10.6	Efeitos.....	896
15.10.7	Prazo recursal.....	897
15.10.8	Procedimento.....	897
15.11	Agravo em execução .....	897
15.11.1	Introdução .....	897
15.11.2	Cabimento .....	898
15.11.3	Legitimidade e Interesse .....	898
15.11.4	Competência recursal .....	898
15.11.5	Regularidade formal .....	898
15.11.6	Efeitos.....	899
15.11.7	Procedimento no juízo <i>a quo</i> .....	899
15.12	Agravo contra decisão denegatória de recurso extraordinário ou especial.....	899
15.12.1	Cabimento.....	899
15.12.2	Competência recursal .....	900
15.13	Recurso Ordinário Constitucional.....	900
15.13.1	Cabimento.....	900

15.13.1.2	ROC para o STF .....	900
15.13.2.1	Limites da Matéria .....	901
15.13.3	Recurso Ordinário Constitucional para o STJ .....	901
15.13.4	Procedimento.....	902
15.13.4.1	Decisão denegatória de <i>habeas corpus</i> ....	902
15.13.4.2	Mandado de Segurança .....	902
15.14	Recurso extraordinário e recurso especial.....	903
15.14.1	Considerações gerais .....	903
15.14.2	Cabimento .....	909
15.14.2.1	Cabimento do recurso extraordinário - Generalidades .....	909
15.14.2.2	Cabimento do recurso extraordinário - art. 102, III, <i>a</i> - contrariedade à CF .....	910
15.14.2.3	Cabimento do recurso extraordinário - art. 102, III, <i>b</i> - declaração de inconstitucionalidade de tratado ou lei federal .....	911
15.14.2.4	Cabimento do recurso extraordinário - art. 102, III, <i>c</i> - julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição .....	912
15.14.2.5	Cabimento do recurso extraordinário - art. 102, III, <i>d</i> - julgar válida lei local contestada em face de lei federal .....	912
15.14.2.5.1	Cabimento de recurso extraordinário contra acórdão do STJ.....	913
15.14.3	Cabimento do recurso especial - generalidades .....	913
15.14.3.1	Cabimento do recurso especial - art. 105, III, <i>a</i> - contrariedade a tratado ou lei federal ou negar-lhes vigência .....	914
15.14.3.2	Cabimento do Recurso Especial - art. 105, III, <i>b</i> - julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal .....	914

15.14.3.4	Cabimento do recurso especial – art. 105, III, c – der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal	915
15.14.4	Recurso extraordinário e especial – legitimidade .....	916
15.14.5	Recurso extraordinário e especial – interesse recursal	916
15.14.6	Recurso extraordinário e especial – processamento ..	917
15.14.7	Recurso extraordinário e especial – efeitos .....	918
15.15	Ações autônomas de impugnação.....	921
15.15.1	<i>Habeas corpus</i> .....	921
15.15.1.1	Considerações gerais.....	921
15.15.1.2	Natureza Jurídica.....	928
15.15.1.3	Interesse de agir.....	929
15.15.1.4	Possibilidade jurídica do pedido .....	930
15.15.1.5	Legitimidade.....	931
15.15.1.5.1	Legitimidade ativa .....	931
15.15.1.5.2	Legitimidade passiva .....	932
15.15.1.6	Espécies de <i>Habeas corpus</i> .....	933
15.15.1.6.1	Liberatório.....	933
15.15.1.6.2	Preventivo .....	933
15.15.1.7	Hipóteses de impetração .....	934
15.15.1.8	Competência para julgamento .....	936
15.15.1.9	Procedimento .....	936
15.15.1.10	Recursos das decisões de <i>habeas corpus</i> ..	937
15.15.2	Revisão Criminal .....	939
15.15.2.1	Conceito.....	939
15.15.2.2	Natureza Jurídica.....	939
15.15.2.3	Condições da ação .....	940
15.15.2.3.1	Legitimidade .....	940
15.15.2.3.2	Interesse de agir .....	940



15.15.2.3.3 Possibilidade jurídica do pedido.....	940
15.15.2.4 Hipóteses de cabimento .....	941
15.15.2.5 Teses e pedidos na revisão criminal .....	942
15.15.2.6 Procedimento .....	943
15.15.2.7 Ônus da prova .....	944
15.15.2.8 Coisa julgada.....	944
<b>Capítulo 16. Bibliografia.....</b>	<b>946</b>